



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL**

**ATA Nº 1/2016**

**SESSÃO ORDINÁRIA**

**29 DE FEVEREIRO DE 2016**

**PRESIDENTE:** Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

**1º SECRETÁRIO:** Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

**2º SECRETÁRIO:** Mónica Serras

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, na Sala Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

## **Período Antes da Ordem do Dia**

### **Ordem de Trabalhos**

- 1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**
- 2. Projetos de Regulamentos – Contributos em período de discussão pública;**
- 3. Adenda à Concessão da Casa Grande;**
- 4. Carta Educativa;**
- 5. Compromissos plurianuais;**
- 6. Recebimentos e pagamentos em atraso.**

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, Luis Manuel da Conceição Grácio, Joaquim António Lopes Serras, Anacleto da Silva Batista, Adérito Miguel Gaspar Garcia, José Fernando Amaro Esteves, Pedro Miguel Matos Carreira, Alcina Manuel Batista Pinto Cardoso Almeida, Miguel Afonso Catalão Alves, Maria Arminda da Luz Oliveira, Mónica Sofia Jorge Serras, Francisco José Soares Lopes, Duarte Jorge da Silva Pedro, Paulo José Casola Pedro, António Pereira Fernandes, Jorge Nuno Lourenço da Silva Pina, Vítor Lopes Pires, Francisco da Silva António. -----

Estiveram presentes os Senhores Presidente e Vice-Presidente da Câmara e Vereadores, Fernando Vasco, Pedro rosa e Rui Serras. -----

Não estiveram presentes os Senhores deputados Paulo Jorge Falcão Lourenço, tendo antecipadamente justificado a sua falta. -----

Posta a votação a ata da anterior sessão a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Mesa informou que o ponto número três não seria analisado, tendo de seguida o Senhor Presidente da Câmara referido que o documento relativo ao ponto em apreço, encontra-se a ser trabalhado e revisto pelo Gabinete Jurídico. -----

#### **Período Antes da Ordem do Dia**

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco Lopes que fez referência aos cuidados de saúde primários, dado ter tido conhecimento que, para pedir uma receita, demora entre três a quatro semanas e para uma consulta demora cerca de dois meses, questionou o que está a ser feito para resolver a situação. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que de acordo com a lei, essas receitas devem ser emitidas num prazo de setenta e duas horas, salvo erro, tendo falado com a diretora do ACES, e neste momento essa situação já não acontece. As consultas têm a duração desse período mas existem consultas de recurso que as pessoas podem aproveitar e, na verdade, por vezes as coisas podem não funcionar assim tão bem, por exemplo quando a médica está de férias. -----

Disse ainda o Senhor Presidente da Câmara ter estado, naquela manhã no ACES, em Constância, numa reunião e, muito brevemente haverá novidades em termos de cuidados de saúde primários para esta região, pois foi apresentada uma proposta vantajosa para o município e que tem a ver com as unidades de cuidados na comunidade, em que o Centro de Saúde de Sardoal, será a sede de uma destas unidades e terá um número de utentes de cerca de 8 mil, com uma equipa de enfermagem só para essa unidade de cuidados, que irá fazer uma série de trabalhos, como visitas domiciliárias. -----

A Câmara está atenta e tem tentado contrariar alguns constrangimentos que se verificam em todo o interior e que só serão ultrapassados daqui a dois anos, quando os médicos quiserem trabalho e tenham de vir para o interior. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves, referindo-se ao Vale da Amarela porque o pavimento está muito degradado e por ter sido dito numa outra reunião que a prioridade seria para quem residisse junto a estradas nestas condições e por ter verificado que na zona industrial se está a proceder ao arranjo dos passeios e dado que não há residentes e, no caminho que vai do Sardoal para as Sentieiras, há residentes e os passeios não estão arrançados, questionando qual a diferença, qual a prioridade. Disse que, se existirem verbas distintas para zonas industriais e para zonas residenciais, compreende, mas se assim não for, não compreende. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que Roma e Pavia não se fez num dia e a Autarquia não tem condições para fazer tudo ao mesmo tempo, se a Câmara tivesse começado por essa rua, com toda a legitimidade e direito que todos os moradores têm, evidentemente que neste momento estariam outras pessoas a perguntar porque é que primeiro tinha sido arranjado uma zona residencial e não foi uma área de desenvolvimento económico como a zona industrial, a qual é importante que esteja arranjada para cativar futuros investidores e para isso é importante que se tenha dignidade da zona industrial.-----

Disse que o arranjo desses passeios serão feitos ainda no ano que esta a decorrer e esse trabalho não será feito com dinheiros comunitários, mas sim com dinheiros da Autarquia, sem qualquer financiamento. -----

Referiu ainda estar a acontecer muita coisa em simultâneo, como a loja do cidadão, o espaço partilhado para as artes e ofícios e na verdade, a autarquia não tem o número suficiente de trabalhadores para dar resposta a tantos trabalhos. Julga ser fácil de entender, sem retirar a importância do caminho das Santieiras, o desenvolvimento económico. -----

A prioridade da Autarquia foi o Parque Empresarial, criação de emprego e captação de investimento, com todo o respeito que se tem por todos os moradores daquela estrada para as Sentieiras e, logo que se tenha tempo, será intervencionado, antes até que o Vale da Amarela, até porque existem alternativas. -----

Interveio o Senhor deputado Joaquim Serras referindo a inauguração da Loja do Cidadão e do espaço Empreende e a importância que tem para o Sardoal, o facto de se manterem os serviços e desse congregarem no mesmo espaço e a remodelação do espaço em si. Sobre o Espaço empreende, é um estímulo ao empreendedorismo e ao surgimento de novas empresas dando oportunidade a quem quer criar um novo negócio, sem um investimento grande, poder disfrutar logo de um espaço que pode ser importante para o aparecimento destes novos negócios e aparecimento de empregos, dado que é o que o concelho precisa que é fixar pessoas ou pelo menos não deixar que saiam mais pessoas. -----

Referiu também a importância da construção do hotel, que é muito importante para o desenvolvimento turístico do Sardoal. -----

Questionou sobre o ponto da situação do abastecimento de água da Barragem de Castelo de Bode. ----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que inauguração da Loja do Cidadão foi algo que deixou toda a gente muito satisfeita, não só porque os serviços públicos de proximidade, nomeadamente as finanças, a segurança social e a nova valência que é o gabinete de inserção

profissional, estão todos inseridos no mesmo espaço e tem tido uma grande frequência muito elevada não só de pessoas do concelho, como de fora. -----

Alguns destes serviços estão disponíveis online e não estavam, como prestação de serviço público, referindo que o que tem tido maior afluência é a renovação de cartas de condução, serviço que não estava disponível por parte dos serviços públicos no concelho. -----

Realçou o facto de o arquivo histórico, que está instalado no mesmo local, se encontrar com outra dignidade que não tinha até esta data. -----

Fez também referência ao Espaço Empreende, que permite criar um espaço cowork, um ninho de empresas, para criação da própria empresa, um espaço para aqueles empresários que têm a sua empresa em casa, mas não têm onde reunir com clientes, podem fazê-lo ali. -----

Referiu lamentar que o Registo de Notariado ter dito não, só porque não, mas a Autarquia está disponível para que este conceito que não ficou completo possa vir a ficar se aquele serviço vier a integrar a Loja do Cidadão. -----

Disse ainda que este, não foi um projeto fácil, mas que é o único nesta região, porque o Presidente da Câmara batalhou para que existisse, num investimento que inicialmente era de duzentos e cinquenta mil euros, tendo-se conseguido que passasse para quatrocentos mil euros, porque não estaria previsto uma parte que seria para equipamentos, conseguiu-se ir mais além daquilo que era a ideia inicial, para além da requalificação de um edifício que estava devoluto desde o ano 2000, mas também a revitalização do próprio edifício, dado que o edifício poderia ter sido só recuperado, mas o que se fez, foi dar vida ao mesmo e àquela zona, criando também assim, uma nova vitalidade na sede do concelho e o que também é muito importante para o desenvolvimento económico. -----

Relativamente à questão da água, disse o Senhor Presidente que já se bebe água abastecida por Castelo de Bode. -----

## **Ordem do Dia**

### **1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o documento segue a linha tomada desde que o executivo tomou posse, que é fazer sempre o mais possível, estar sempre o mais possível em todas as atividades e, muitas vezes a presença da Autarquia até pode ser só simbólica mas com resultados positivos. -----

A Câmara tem feito de tudo para aquilo que é solicitada, em todas as reuniões, em todas as atividades. Relativamente à situação financeira, apesar se ter tido alguns constrangimentos, fruto da Loja do Cidadão, que causou algum transtorno de tesouraria, mas, e apesar de tudo, a dívida continua a diminuir, ou seja, continua-se no bom caminho. -----

Interveio o Senhor deputado Aderito Garcia referindo que no Distrito de Santarém existem mais duas Lojas do cidadão e mais dezassete Espaços do Cidadão, ao que o Senhor Presidente questionou quantos anos têm esses espaços dado que a Loja do Cidadão no Sardoal é de terceira geração, e trata-se de um conceito diferente. -----

O Senhor deputado questionou sobre o mapa de despesas e o mapa de compromissos apresentados, dado que a rubrica bens e serviços conta já a 31 de janeiro com compromissos assumidos na ordem dos 73%. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que muitos dos compromissos foram assumidos para o ano todo, nomeadamente EDP, gasóleo. -----

Interveio o Senhor deputado Miguel Alves, dizendo ter sido cliente da Loja do Cidadão, dando os parabéns ao município pela concretização do projeto, contudo o gabinete de Inserção profissional, encontrava-se vazio, tendo-lhe sido dito que o trabalhador só estava no gabinete durante uns dias e umas manhãs, o que faz com que aquele espaço não tenha vivacidade e parecendo estar desocupado, compreendendo que possa não fazer sentido que funcione todos os dias, mas que se poderia adaptar a outra coisa qualquer, só para que não estivesse vazio. -----

O Senhor Presidente referiu que a abertura da loja coincidiu com as férias do funcionário e o acordo que a Autarquia tem com o Instituto do Emprego e de Formação Profissional, que entende que para o Sardoal, só há necessidade de estar a funcionar durante as manhãs. -----

Disse que a ideia da Autarquia é divulgar a Loja do Cidadão e disponibilizar aquele espaço, mediante pagamento, a entidades privadas, se for caso disso, dando o exemplo da EDP, ou a MEO ou PT, para que possa atender os seus clientes. Estão a ser construídos os documentos necessários para serem aprovados em reunião de Câmara. Para que esta situação aconteça é necessário a aprovação do governo, através da Agência para a Modernização Administrativa. -----

## **2. Projetos de Regulamentos – Contributos em período de discussão pública;**

O Senhor Presidente da Câmara prestou informações sobre o assunto. -----

### **-Regulamento do Espaço Partilhado para as Artes e Ofícios**

---

*Ata no. 1*

*Realizada no dia 29-02-2016*

*Sessão Ordinária*

Considerando a alínea g) do artigo 25º, da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento do Espaço Partilhado para as Artes e Ofícios, com dezoito votos a favor. -----

#### **-Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo**

Considerando a alínea g) do artigo 25º, da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, com dezoito votos a favor. -----

#### **-Adenda à Tabela de Taxas e Preços**

Considerando a alínea g) do artigo 25º, da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou, por unanimidade, aprovar a Adenda à Tabela de Taxas e Preços, com dezoito votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** as deliberações tomadas. -----

#### **3. Adenda à Concessão da Casa Grande;**

Retirado da Ordem de Trabalhos. -----

#### **4. Carta Educativa;**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que este é um documento estratégico, naquilo que é o entendimento do município em articulação com o agrupamento de escolas e todos os agentes no terreno em matéria de educação. -----

É um documento que nasce ao mesmo tempo em que esta a ser feita a revisão do PDM e tudo o que são projeções, este documento foi “beber” às projeções efetuadas pela empresa que está a fazer a revisão do PDM e como tal, em boa hora, está-se num conjunto de documentos que todos eles se articulam e são fundamentais para se perceber qual a orientação estratégica para os próximos anos do município, em matéria de educação. -----

Referiu não haver qualquer alteração em termos de Mapa Escolar mas contempla aquilo que para a Autarquia vai ser uma prioridade que é a requalificação do Parque Escolar, neste caso, a escola sede. - A Câmara esta a trabalhar com um projetista e até já teve uma reunião com os órgãos diretivos da escola para se saber e ter-se uma visão técnica daqueles que todos os dias trabalham naquele espaço e também uma projeção daquilo que são os investimentos para os próximos anos, não só para a escola

sede, mas também para os jardins-de-Infância da Presa e do Sardeal e para o 1º Ciclo de Sardeal, que a Autarquia quer que comece a fazer parte de um único equipamento escolar que é a escola sede e que será desde o 1º Ciclo até ao 12º ano. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse lamentar, mesmo compreendendo que democraticamente os senhores deputados tem toda a legitimidade de fazer o que fizeram, referindo ficar triste porque aquilo que é um documento estratégico para o município de Sardeal, seja não aprovado por alguns elementos de algumas bancadas, ou seja, que não tomam uma decisão de sim ou não e nem sequer questionam, nem dão contributos. Democraticamente é legítimo, mas como Presidente de Câmara não pode deixar de manifestar a sua enorme tristeza, porque quando se vota contra ou se abstém, é porque há dúvidas e lamenta que um documento que é estratégico e fundamental para a educação no Sardeal, não pudesse ser construído de forma a ser aprovado por todos, e até poderiam ter votado contra, mas teria de haver alguma razão, algum contributo, os quais não existiram, os documentos são enviados para as pessoas se pronunciarem, darem sugestões, este é um documento fundamental estratégico e seria tão importante que chegasse à mesa do Secretario de Estado ou à mesa dos decisores pela requalificação do parque escolar, e em que todos estivessem de acordo. -----

Ou então que tivessem dito porque é que não estão de acordo e dessem a oportunidade para se conversar e discutir o documento e isso não aconteceu, nem em reunião de Câmara nem em sessão da Assembleia Municipal e este, é o seu lamento enorme, porque sempre se mostrou disponível para todas as perguntas para todas as sugestões. Lamenta que não haja mais contributos para este documentos fundamental para o desenvolvimento a educação no concelho, desculpando-se por, deixar que fale mais alto a voz de quem é professor, de quem é profissional naquela área e de quem acha que o que está naquele documento é estrategicamente fundamental para o desenvolvimento da educação no concelho. -----

Considerando os artigos 19º e 20º, Competências e Revisão do decreto-Lei nro. 7/ 2003, de 15 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardeal, deliberou por maioria aprovar a Carta Educativa do concelho de Sardeal, com doze (12) votos a favor (PSD) e seis (6) votos de abstenção (PS e GIS). -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardeal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

## 5. Compromissos plurianuais;

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

## 6. Recebimentos e pagamentos em atraso.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo ser um documento técnico, uma lista com os pagamentos em atraso, de quem deve à Câmara e para os quais a Autarquia terá de fazer uma outra abordagem para receber esses montantes, alguns com muitos anos, existindo planos de pagamento que estão a ser apresentados às pessoas, eventualmente terá de se avançar com algumas cobranças coercivas, de algumas situações que se arrastam no tempo. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves para sugerir que se faça um plano de pagamento, com uma calculada taxa de juros e enviar ao devedor que assinará, devolve e começa a efetuar o pagamento. É muito importante, funcional e a recuperação é muito mais célere e, muitas pessoas por vezes não pagam porque têm vergonha de atender uma chamada, de dar a cara. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que a Autarquia procede dessa forma, disponibilizando até o Gabinete de Ação Social, conversando com a pessoa, percebendo que algumas vezes até existem situações de desemprego e, quando fala em rendas ou em água, a principal preocupação da Autarquia é evitar que a pessoa acumule. Faz-se o plano e a pessoa compromete-se a efetuar o pagamento todos os meses, para amortizar a dívida, mas mesmo assim e infelizmente, nem toda a gente o consegue fazer. -----

Estas situações chegaram a este ponto por mau entendimento de várias partes, porque entendia-se que o plano de pagamento só podia ser feito, tendo em conta o valor mínimo da unidade de custa judicial, que na altura era cerca de noventa e nove euros e neste momento ronda os cento e poucos euros. Na altura não concordou com esta situação e achava q não resolvia os problemas das pessoas, porque em dívidas de trezentos euros, a pessoa teria de pagar cerca de cem euros por mês, o que seria incomportável para algumas pessoas, tendo assumido que as pessoas só iriam pagar mediante aquilo que pudessem pagar. Tem de ser uma unidade de custa judiciária sim, se já for fruto de um processo, até se chegar ao processo, pode ser aquilo que for entendido entre as partes e isto está a ser feito. -----

Em algumas situações já houve resultados positivos, noutras não, mas há-de se lá chegar. Existem dívidas muito elevadas, já com muitos anos e que têm de ser analisadas no sentido de perceber se há

legitimidade e de perceber se essas dívidas já não prescreveram e essa análise terá de ser feita juridicamente. -----

É certo que aquilo que a preocupação para que a dívida não prescreva, é comunicar ao munícipe que tem essa dívida e enquanto essa comunicação existir, não existe prescrição. -----

### **Período de Intervenção do Público**

Tomou a palavra o munícipe Senhor João Agudo, referindo-se aos passeios no local onde mora, Vale da Carreira, em 2015 houve alguns contratempas mas estava com esperança que o ano de 2016 fosse o ano em que as obras avançassem mas, na assembleia que estava a decorrer soube que houve mais um contratempo, sugerindo que se a Autarquia não tem possibilidades internas para realizar estes trabalhos porque não contratar uma empresa. -----

Questionou também sobre o elevador, sobre o qual tem conversado com o Senhor Presidente da Câmara, parece que também estava previsto para 2015 e não aconteceu questionando se será no ano de 2016 que as pessoas com mobilidade condicionada terão acesso à sala das sessões e aos serviços da Autarquia que funcionam no primeiro andar. -----

Continuou o munícipe dizendo ter recebido o recibo da água do mês de janeiro, no qual é referido 36 dias de cobrança, não sendo a primeira vez e se for uma situação ocasional, percebe, questionando se se irá tornar um hábito, pois como munícipe, espera habitualmente por um recibo que se refira aos trinta dias. Em termos de tabela de taxas sabe-se que a água é cobrada por escalões o que faz com que altere o valor final, questionando sobre esta situação e pedindo para que não volte a acontecer. ----

O munícipe disse ainda que recentemente foi ao cinema no centro Cultural Gil Vicente e o espaço cá da aterra estava fechado, tendo ficado surpreendido e por acaso os eu filho não pediu uma garrafa de água, questionando se é para se manter fechado, porque o espaço merece estar aberto, sendo ainda um cartão-de-visita da terra. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, referindo-se ao espaço Cá da Terra e lamentando a situação, a qual se deve a uma questão de recursos humanos, transitória e que se quer solucionada o mais rapidamente possível, tendo a Autarquia optado por manter o espaço aberto durante a semana e mantê-lo fechado ao domingo. -----

Relativamente ao recibo da água referiu que a Autarquia não quer fazer como muitos municípios, que cobram a água de dois em dois meses e também por uma questão de recursos humanos, dado que um dos trabalhadores se encontra com serviços melhorados, não se pode dar resposta ao serviço como

antigamente, mas a Autarquia está a tentar que não se efetue a cobrança de dois em dois meses, pedido paciência aos munícipes, quando a mesma não aconteça ao trigésimo dia. -----

Sobre as questões dos passeios e do elevador, disse que o munícipe tem toda a razão. Sobre o elevador quem pegou neste assunto foi este executivo, até porque era um assunto adormecido na Autarquia, mas para este executivo é um assunto de inteira justiça e, pelo facto de existirem dois funcionários que têm mobilidade reduzida e que têm todo o direito e legitimidade de se dirigir ao gabinete do Presidente e à sala das sessões. Referiu que já se encontra em fase de processo concursal, porque também se queria saber, se algum daqueles trabalhos, poderia ser feito pelos trabalhadores da Autarquia, mas teve de se tomar uma opção, não só pelos passeios, mas também por alguns muros existentes na Saramaga, em que é urgente a sua recuperação. A obra em si não é só o elevador, é também uma casa de banho preparada para pessoas com mobilidade reduzida, a qual também não existe no município e os serviços públicos devem de ter sendo urgente que assim seja. ---  
Tomou a palavra o munícipe Senhor Rui Valente, começando por agradecer o convite endereçado para a inauguração da loja do cidadão, na qual não pode estar presente e aproveitou para parabenizar a iniciativa. -----

O munícipe questionou sobre a iluminação pública na freguesia de Valhascos, porquanto a parte norte já foi remodelada e a parte da aldeia de baixo ainda tem uma iluminação de praticamente sessenta anos, os candeeiros são antigos, existem lâmpadas de luz, branca, outras amarelas, outras fundidas, existindo também locais sem iluminação, nomeadamente a Rua do Vale, Rua da Lameira, Rua da Gueixa, entre outras. Indo ao encontro das propostas apresentadas pelo PSD na sua campanha eleitoral, questiona sobre o que a Câmara já fez ou se consegue interceder junto da EDP para substituir os fios e colocar lâmpadas em alguns locais específicos e que iriam resolver a situação. -----

Continuou o munícipe questionando sobre o que já foi feito em relação à ETAR de Fonte dos Mouros, pois na sua opinião, são todos sensíveis a questão do ambiente. -----

Relativamente à questão já mencionada dos serviços de saúde primários, questionando se não é possível, no concelho, criar uma unidade de saúde familiar, a qual se calhar resolveria. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara dizendo que a unidade de saúde familiar é criada, tendo em conta um determinado número de utentes, salvo erro, um mínimo de seis mil e quinhentos utentes. Além disso, é uma nova forma de gestão em termos de cuidados de saúde primários que pressupõe também que haja uma equipa interessada, ou seja, não existe político algum que a crie por iniciativa

própria, tendo de haver um conjunto de profissionais que queiram constituir uma equipa para que a mesma possa existir. -----

Esta unidade de cuidados na comunidade que a Autarquia está a criar em parceria com o ACES, no futuro, poderá ser uma unidade de saúde familiar. Este é um novo conceito que se vai experimentar, transmunicipal, ou seja, para que haja um número suficiente de utentes, esta unidade vai abranger o norte do concelho de Abrantes e também Mouriscas e de futuro, se houver vontade das partes e condições para isso, poder-se-á pensar nisso. Este é o seu desejo, mesmo sabendo não ser a solução para todos os problemas, até porque esta unidade pressupõe uma postura do próprio profissional que nem todos estão disponíveis para o fazer, porque funciona por objetivos, existindo as unidades de saúde de classe um e dois e, para que possam passar de uma para outra, terão um conjunto de incentivos monetários têm de atingir uma quantidade de objetivos. Esta unidade pressupõe que o profissional seja ao mesmo tempo Administrador de toda aquela empresa e gestor do seu trabalho, não só como médico, mas em termos daquilo que já fez e do que pode vir a fazer e até onde pode chegar. Este é um conceito de gestão, mais do que um conceito médico, ligado à saúde. -----

Referiu estar de acordo com estas unidades de saúde familiar, gostaria muito que um dia o Sardoal pudesse ter uma, como o concelho não tem ainda os seis mil e quinhentos utentes, poder-se-á, com os “vizinhos” de Abrantes, avançar. -----

Referiu ainda que a unidade de cuidados na comunidade é algo que ainda está a nascer entre os dois municípios, tem de ser muito limado, é uma parceria de entendimento que tem de ser permanente, porque mexe com a ação social, com a CPCJ, tendo de haver uma estreita ligação entre a CPCJ de Sardoal e a de Abrantes, mas pode ser um embrião para que um dia se possa ter essa unidade de saúde familiar e, antes de ser ter esta unidade, e acreditando que, de acordo com o que são as projeções de saída dos médicos das faculdades de medicina nos próximos dois anos, ver-se-ão os problemas do concelho mais do que resolvidos, porque se calhar haverá algum desemprego na área da medicina. -----

Sobre a ETAR, as duas de Valhascos, pertencem à empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo, e serão requalificadas. Neste momento a Câmara já tem um anteprojecto para se pronunciar sobre essa requalificação. As ETAR's é algo que não está nas mãos da Autarquia neste momento e o que tem de fazer é pronunciar-se o mais depressa possível para que a empresa possa depois lançar o concurso para a requalificação das duas. -----

No que concerne à iluminação, referiu que se irá ver o que se pode fazer em relação às zonas que não estão iluminadas, mas, nos Investimentos Territoriais Integrados (ITI), da Comunidade Intermunicipal do médio Tejo em contratualização com a CCDR de Coimbra e não só, a Autarquia tem recebido propostas de algumas empresas que apresentam modelos para que se possa fazer a troca daquilo que é uma realidade em termos de energia, por modelos mais eficientes, com outro tipo de iluminação, está a ser estudado. Vai haver financiamentos no âmbito do POSEUR, a Câmara está a aguardar e em constante articulação com as diferentes empresas e também com a Médio Tejo 21, que é a agência de energia desta região e que dá apoio técnico nesta área. -----

Disse ainda que estas questões estão no programa do executivo, mas é apresentado para este quadro comunitário, ou seja, com um horizonte temporal de 2020 e, na sua opinião, ao ritmo a que as coisas estão a acontecer. Existe um conjunto de coisas que a Câmara não julgaria ter já tão adiantadas como estão, mas acredita que se irá conseguir, nem tudo o que diz a introdução do documento, depende da Autarquia e, num município onde as receitas próprias são poucas, dependente daquilo que são financiamentos de terceiros, mas o que depender da Autarquia, até 2020, será cumprido. -----

Tomou a palavra o munícipe Senhor Manuel Luis Costa começando por agradecer ao município por ter posto o Sardoal em alta, por ter transformado o Sardoal em notícia, por várias questões, mas neste caso por causa da Loja do Cidadão, daquele espaço e das valências que encerra. Quis enquanto munícipe, agradecer ao município e aos mentores. -----

Quis também agradecer a ajuda dada por alguns funcionários de um serviço da autarquia na elaboração de um documento para dar a um comerciante que encerrou a sua loja no concelho no passado mês de dezembro e agradecer também à Câmara Municipal por proporcionar aos munícipes a possibilidade de contar com este tipo de apoios, quando existe essa necessidade. -----

Continuou, deixando duas sugestões, para que o Sardoal continue em alta, como o concelho que não espalha veneno nos espaços públicos e outra que seria, Sardoal, onde a publicidade das campanhas políticas, das festas, das feiras, de tudo o que aparece exposto nas ruas, tivesse um prazo para ser retirado. Tem ideia que estas situações estão legisladas, bastaria que as coisas funcionassem para que os cartazes que estiveram na ultima campanha pudessem ser retirados, se não pelos responsáveis que os colocaram, que se arranje outra forma de os retirar e mandar para o lixo. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo ouvir com atenção as chamadas de atenção feitas pelos munícipes e é isso que se pede e que se precisa, este é o papel de todos os que ali se

encontram, mas enche o ego do executivo, quando se ouvem as palavras proferidas pelo munícipe, recordando o concerto de piano realizado no dia 26 de janeiro, em que alguém disse que o que se estava a passar no Centro Cultural Gil Vicente poderia estar a acontecer em Paris, em Tóquio, Roma ou Nova York, porque o que se ouviu e assistiu, foi de nível mundial, lamentando que as pessoas nem sempre tenham disponibilidade na sua vida para este tipo de ações e lamenta que as vezes as pessoas não saibam aproveitar melhor estes raros momentos que se têm, mas é mesmo assim.-----

Sobre a publicidade, o munícipe tem toda a razão, há bem pouco tempo houve uma feira e a Câmara nem foi avisada da publicidade, a qual está sujeita a licenciamento e tendo parado junto de um dos cartazes, tentou perceber quem seria o promotor, para que se pudesse efetuar um auto de contraordenação, porque tem de haver regras, disciplina. Em relação à política, as organizações políticas sabem o compromisso que têm com a própria lei, quando se candidatam e, na própria legislação é dito que têm de retirar os cartazes depois. -----

Sobre o veneno nas ruas, disse que, quando se fala em veneno, utiliza-se um termo que pode ser muito pesado, se calhar alguns dos medicamentos que as pessoas tomam, são mais veneno do que este “veneno” que é posto nas ruas. É um produto certificado e adequado e pode ser colocado em espaços públicos, esse é o seu fim. Se não se põe o veneno, as pessoas depois vêm dizer que há muita erva, mas o produto não faz mal algum, não prejudica as pessoas. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte e duas horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal \_\_\_\_\_

O Primeiro Secretário \_\_\_\_\_

O Segundo Secretário \_\_\_\_\_